

Catarina Frade

Portugueses endividados perdem qualidade de vida

Catarina Frade é investigadora e coordenadora executiva do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC), organismo criado em 19 de Julho de 2001, através de um protocolo entre o Instituto do Consumidor e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais.

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, finalizou recentemente o doutoramento em Economia, na especialidade de Estruturas Sociais da Economia e História Económica com uma tese sobre o endividamento.

Desde cedo muito envolvida com o estudo da problemática do endividamento, Catarina Frade é professora auxiliar na Faculdade de Economia, onde lecciona as disciplinas de Direito Económico e Direito do Trabalho.

No âmbito do seu trabalho como investigadora no OEC, faz parte de algumas redes internacionais que trabalham estes temas, nomeadamente a European Consumer DebtNet (ECDN) que reúne não só académicos, mas também técnicos de aconselhamento e mediação que trabalham directamente com os consumidores, tal como uma outra rede internacional que integra apenas investigadores dos cinco continentes. O objectivo é partilhar e aprender com as experiências desses países, já que a maioria está já a trabalhar em soluções. Por outro lado, é uma forma de reflexão conjunta sobre as questões do endividamento que também é um problema global.

Paralelamente a esta dedicação profissional, Catarina Frade ainda reserva algum tempo para se manter actualizada sobre outros temas científicos, pelo que vai realizando alguma investigação sobre segurança alimentar, questões ambientais e respectivos riscos, até porque tudo acaba por estar interligado. Por obrigação profissional, a leitura restringe-se quase exclusivamente a livros científicos sobre estas temáticas.

Separando águas, confessa que gosta de ter tempos livres, pois o tempo é um bem muito escasso. Por isso, reserva-os para a família e afirma que os últimos filmes que viu são infantis, pois "vai ao cinema com o filho".



Alguns dos inquiridos, diz Catarina Frade, começaram a racionar a carne e o peixe

Investigadora e professora auxiliar da Faculdade de Economia, Catarina Frade é coordenadora executiva do Observatório do Endividamento dos Consumidores, do Centro de Estudos Sociais. Consciente da necessidade de apostar num projecto de educação financeira, reconhece que o endividamento é um «mal necessário» das economias ocidentais que, por falta de uma intervenção mais atenta das entidades reguladoras e um certo pudor das pessoas pedirem ajuda atempadamente, leva, por vezes, a situações dramáticas. De todo o modo, os portugueses são cumpridores, mercê de grandes sacrifícios.

ROSETTE MARQUES

DC Empresas & Negócios - O Observatório do Endividamento do Consumidor, criado em Julho de 2001, tem realizado estudos sobre o endividamento e o sobreendividamento das famílias. Uma problemática que tem vindo a crescer desde a década de 90. Em seu entender, a que se deve este fenómeno?

Catarina Frade - O OEC foi criado em 2001, mas o trabalho de base começou em 1997 com um projecto de investigação que culminou, em 2000, com a publicação de um livro. Todo este fenómeno tem a ver com alterações estruturais que ocorreram na sociedade portuguesa, na década de 90, ligadas sobretudo à maior acessibilidade ao crédito e ao aumento da concorrência no sector financeiro, nomeadamente o fim da política de limites de crédito e também devido à entrada de Portugal na

UE. O resultado foi uma maior dinâmica do mercado financeiro.

Por outro lado, nessa altura, houve uma retração na procura de crédito por parte das empresas e o sector financeiro virou-se para o segmento dos particulares, até aí marginalizado. A nível dos particulares, verificou-se a redução da taxa de desemprego e o aumento real dos salários que proporcionou às famílias um acréscimo de rendimentos, além de surgir no mercado uma oferta comercial mais acessível, moderna, diversificada. Acresce a isto outros factores. A continuação do estrangulamento do mercado de arrendamento e a redução significativa das taxas de juro orientaram o endividamento dos portugueses sobretudo para a aquisição de habitação própria.

Segundo dados do Banco de Portugal, em 1999, 95 por cento dos portugueses pagavam os seus créditos. E hoje, qual é a realidade?

A esmagadora maioria das famílias portuguesas cumpre regularmente os seus compromissos, muitas vezes com sacrifícios. O que nos deve preocupar é o incumprimento que se traduz em situações de sobreendividamento, ou seja, quando há um desfazimento significativo entre as receitas e as despesas de um agregado. Esta é a situação mais dramática.

A que é que se chama sobreendividamento?

É precisamente quando as pessoas não conseguem cumprir ou fazem-no com muita dificuldade. Curiosamente, nos nossos trabalhos de campo, temos encontrado famílias que estão sobreendividadas, mas cumprem porque conseguem mobilizar o apoio da família para os compromissos bancários. Estes valores não aparecem nas estatísticas. Por isso, é fundamental fazer uma distinção entre sobreendividamento e incumprimento. São situações diferentes.

Qual é a taxa de endividamento em Portugal?

Em 2006, situava-se nos 124 por cento, considerando que a taxa de endividamento é o rácio entre o montante de crédito em dívida por parte das famílias e o rendimento disponível num único ano. Continuamos a ter um problema estrutural que é saber qual a medida do sobreendividamento. A Comissão Europeia abriu um concurso para a realização de um estudo, cujos objectivos passavam exactamente por definir o que é sobreendividamento e como medi-lo. Os resultados preliminares mostram que a UE debate-se com o mesmo dilema, porque continua sem se saber como definir e como medir esse fenómeno. Há muitas formas de o fazer e não são neutras. Um dado curioso que esse projecto, no qual o OEC teve uma pequena participação, apresenta é que os consumidores portugueses são dos que revelam maiores dificuldades em cumprir e, no entanto, Portugal é um dos países europeus onde há menor taxa de incumprimento, fugindo assim ao padrão europeu onde o que se observa é que os países em

que as famílias afirmam ter maiores dificuldades financeiras são também aqueles onde há maior incumprimento das dívidas.

Esse incumprimento dever-se-á à economia paralela?

Há um conjunto de factores interligados que vão justificando essa situação. A economia paralela não me parece ter grande significado, mas encontramos pessoas com subsídios de desemprego que fazem pequenos trabalhos para completar o seu rendimento. Mas, o mais evidente são as enormes restrições de consumo que as pessoas fazem. Houve pessoas que nos disseram que deixaram de comer carne ou fruta, ou que as comem apenas uma vez por semana. Asseguram uma alimentação saudável para os filhos, mas com uma grande contenção orçamental. Há, de facto, uma perda significativa da qualidade de vida, da qualidade da alimentação e do vestuário porque as pessoas sentem que o essencial é pagar às instituições financeiras. Paralelamente, há uma característica nos países do Sul da Europa, onde ainda há uma forte mobilização do agregado familiar mais alargado em torno do agregado em dificuldades, quer através da ajuda monetária, substituindo-se no cumprimento das obrigações, quer através da ajuda com oferta de géneros ou com serviços, como os de baby-sitting, reduzindo as despesas e simultaneamente libertando parte dos rendimentos.

Apesar de tudo, ainda há taxa de incumprimento?

Bastante baixa, que se situa na ordem dos 2 por cento, de acordo com o Banco de Portugal.

Considera que se trata de um problema estrutural, pelo facto de todos os cidadãos pretendem ter casa, carro, computador? Ou considera estes bens como um investimento?

Houve uma alteração significativa nos padrões de consumo. Tornaram-se mais complexos, mais exigentes, sobretudo nos meios urbanos. E há também um maior poder de sedução e de atracção.

• **Registo diário das despesas**

Conheça as suas receitas e as suas despesas: durante um ou dois meses faça um registo diário dos seus gastos para saber quais os seus encargos fixos e o que lhe sobra para despesas eventuais, para poder pagar uma prestação de crédito e para poupar.

• **Tente fazer uma pequena poupança**

Procure fazer uma poupança regular, mesmo que de pouco montante, pois essa será a sua primeira "almofada" quando surgir um imprevisto. Coloque esse valor numa conta diferente da sua conta-corrente e procure com o seu gestor bancário uma forma de aplicar essa poupança, sem esquecer que há aplicações financeiras de maior e menor risco, e que implicam maior ou menor possibilidade de mobilizar rapidamente o dinheiro investido.

• **Envolva os seus filhos na gestão do orçamento**

Envolva os seus filhos desde cedo na gestão do orçamento familiar. Mostre-lhes que o dinheiro dos pais não é infinito e que há que estabelecer prioridades. Assim não só evita realizar gastos que não deseja ou não pode efectuar, como está a preparar os seus filhos para a gestão do seu próprio dinheiro.

• **Crédito. Não ligue já. Pense primeiro!**

Se pretende contrair um crédito, não ligue já! Estude primeiro o seu orçamento, vendo até quanto pode suportar uma prestação de um empréstimo. Veja qual a estabilidade do seu rendimento e não assuma um encargo que exceda um terço do seu rendimento mensal. Avalie também a necessidade e a qualidade do que pretende adquirir.

• **Peça aconselhamento técnico**

Faça prospecção do mercado e avalie diferentes propostas de crédito. O spread não é o único aspecto a considerar: os custos administrativos, o tipo e valor dos segundos, as penalizações por pagamento antecipado, são outros aspectos que deve considerar. Estes aspectos nem sempre são fáceis de avaliar, por isso deve procurar aconselhamento técnico antes de assumir o compromisso. Em regras, as associações de defesa do consumidor prestam esse aconselhamento. Existem também algumas empresas especializadas que o fazem, mas mediante um determinado pagamento.

• **Moderação com o cartão de crédito**

Use o cartão de crédito com moderação e pague tudo no fim do mês. Assim não paga juros, nem vai acumulando a dívida. Evite o multendividamento. Ter muitos créditos para pagar aumenta o perigo de não conseguir cumprir se sofrer uma perda de rendimento ou um aumento das despesas. Se o seu rendimento diminuir por alguma razão, reavalie o seu orçamento. Algumas entidades, como as associações de defesa do consumidor, estão disponíveis para ajudar na renegociação.

Abrem-se centros comerciais e depois diz-se às pessoas para não consumirem??? Em Portugal, a sociedade e o regime jurídico é mais generoso com as empresas não cumpridoras do que com as famílias que falham.

Mas as próprias instituições financeiras incentivam ao endividamento. Não deveriam ter um papel mais responsável?

A Banca tem registado um dinamismo notável. A nível internacional é muito dinâmica e inovadora. Quando o mercado se tornou concorrencial, houve bancos que passaram a arriscar mais, sobretudo os que precisavam de se instalar no mercado. Mas tudo é absolutamente calculado, o risco é avaliado criteriosamente. As instituições financeiras aproveitam as oportunidades. Nas economias ocidentais, nos actuais modelos de desenvolvimento, é preciso que as pessoas consumam e se endividem, e isso faz com que as limitações à concessão de crédito não sejam vistas com bons olhos, mesmo que os custos sociais possam ser gravosos em certas condições e para certos estratos da população. Actualmente, a taxa de crescimento de crédito ao consumo é maior do que a taxa de crescimento do crédito à habitação, o que não acontecia até aqui. O que eu temo é que parte do crédito ao consumo esteja a ser contraído pelas piores razões. Ou seja, a pessoa já não consegue cumprir os compromissos que tem e contrai um crédito para pagar créditos em atraso, criando o efeito de bola de neve. No terreno, já nos aparecem cada vez

mais casos de pessoas que têm três ou quatro créditos deste tipo. Resolvem transitoriamente a situação, mas acabam por agravá-la.

Como podem essas pessoas resolver a situação?

Trata-se de uma situação muito complicada, do ponto de vista emocional e a primeira tendência é esconder. No trabalho de campo, em que entrevistámos pessoas sobre endividadas que recorreram à Deco para pedir apoio na reorganização financeira, encontrámos situações dramáticas, em que é difícil fazer alguma coisa. O problema é que as pessoas demoram muito tempo a pedir ajuda. A maioria dos casos que chegam à Deco têm como causa directa o desemprego. Mas quando analisámos o perfil dessas pessoas, verificámos que já têm emprego. A situação de sobreendividamento aconteceu no período de desemprego e depois, mesmo com o emprego, é difícil recuperar a estabilidade financeira.

Que papel pedagógico pode ter o OEC, numa perspectiva de tentar inverter esta tendência?

Nós, no OEC, sempre entendemos que a educação financeira é essencial para os cidadãos. É uma questão de cidadania. Realizámos um pequeno projecto com uma escola em que, durante um ano lectivo, trabalhámos com duas turmas, no âmbito da Área de Projecto sobre a gestão do orçamento familiar e as questões do crédito. O objectivo foi simular um agregado familiar, com determinado rendimento e com vários encargos. De início, percebemos que os alunos

não tinham qualquer noção dos consumos diários de um agregado. Mais tarde, já nos diziam que percebiam melhor o que os pais lhes diziam.

E no futuro, vão prosseguir projectos nesse sentido?

O OEC dedica-se essencialmente à investigação. Até 2002, foi financiado pelo Instituto do Consumidor. De então para cá temos estado a trabalhar à conta de dois projectos que candidatámos à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Estamos a fechar um ciclo para iniciar outro. Temos algumas ideias e propostas que queremos trabalhar. Uma das áreas em que pretendemos investir é na educação financeira, uma das grandes bandeiras de reflexão a nível de várias instâncias internacionais. Um processo global que envolve não só as crianças em idade escolar, mas também os adultos, pessoas com determinadas características, como os idosos, os pais solteiros, os viúvos, os desempregados. Um conjunto diversificado para o qual é importante trabalhar. O objectivo é ajudá-los a tomar consciência dos riscos de determinadas opções financeiras, tendo em conta a oferta esmagadora que existe.

Qual é a tendência para os próximos anos, relativamente ao endividamento?

A taxa de endividamento tem vindo a crescer, e creio que essa tendência se irá manter por mais algum tempo, mesmo que a ritmo menor. À partida, ficamos surpreendidos com esta situação,

mas a verdade é que o nosso ponto de partida era muito baixo, em relação aos níveis europeus. A taxa de endividamento era de 18 por cento, em 1990. As pessoas vivem melhor hoje do que em 1990, em termos de conforto, de acesso a determinados bens e serviços. O que não quer dizer que não haja famílias em sérias dificuldades. Resta saber é à conta de que sacrifícios as famílias conseguem manter estes padrões, ou seja, qual é a taxa de esforço das famílias. O Banco de Portugal não revela dados desde 1999, referindo apenas que se mantém estável, situando-se nos 27 por cento. O que é necessário conhecer é a estratificação sócio-económica desta taxa de esforço, porque decerto, há famílias que têm uma taxa de esforço de 20% e outras de 40% e 60%. Se o crédito pode, quando em condições de sustentabilidade financeira e estabilidade laboral e familiar, melhorar o conforto das famílias ao permitir-lhes antecipar rendimento e, por essa via, a aquisição de determinados bens, não é menos verdade que comporta sempre riscos, sobretudo porque hoje se pode planejar um encargo financeiro por cinco, trinta ou até quarenta anos, mas já não se pode planejar com a mesma segurança e pelo mesmo tempo o rendimento que se vai obter. Há aqui um desfazamento muito difícil de gerir para as famílias entre o tempo das dívidas e o tempo/segurança do rendimento, com as alterações que hoje se observam quer no mercado de trabalho, quer nas relações familiares.



Catarina Frade, coordenadora executiva
do Observatório do Endividamento dos Consumidores

Endividados cumprem com dificuldades

Páginas 2 e 3